Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

DELIBERAÇÃO AC02 - 158/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/9994/2018
PROTOCOLO	: 1928514
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMAMBAI
JURISDICIONADO	: EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA
INTERESSADOS	: CLÍNICA NUTRICIONAL LTDA. – EPP , SOUZA COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES EIRELI – ME, KPS CALUX COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP
VALOR	: R$ 525.775,00
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

EMENTA: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – AQUISIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FORMALIZAÇÃO – REGULARIDADE.

O procedimento licitatório e a formalização da ata de registro de preços que evidenciam consonância com as normas legais e regulamentares, contendo os documentos indispensáveis para análise do feito, são declarados regulares.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 3ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 02 de abril de 2019, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em declarar a **regularidade** do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 42/2018 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 82/2018, celebrada pelo Município de Amambai/MS e as empresas compromitentes vencedoras Clínica Nutricional Ltda. – Epp, Souza Comércio De Produtos Nutricionais e Hospitalares Eireli – ME , Kps Calux Comércio E Serviços Epp.

Campo Grande, 02 de abril de 2019.

Conselheiro **Ronaldo Chadid** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

Tratam os autos do procedimento licitatório *Pregão Presencial n. 42/2018* – e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 82/2018, celebrada pelo Município de Amambai/MS e as empresas compromitentes vencedoras CLÍNICA NUTRICIONAL LTDA. – EPP (R$ 124.365,00), SOUZA COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES EIRELI – ME (R$ 342.292,20), KPS CALUX COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP (R$ 59.117,80); objetivando o registro de preços para aquisição de produtos nutricionais (leites, fórmulas, suplementos, derivados do leite, bebidas especiais, fibras alimentares e outros) recomendados pelo nutricionista, com recursos próprios do Município, para pacientes do SUS, durante 12 (doze) meses; com valor total registrado de R$ 525.775,00 (quinhentos e vinte e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais).

Através do relatório de análise à peça n. 28, f. 833-835, a equipe técnica especializada manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 82/2018.

No mesmo sentido, o representante do Ministério Público de Contas exarou parecer à peça n. 29, f. 836-837, opinando pela regularidade do referido procedimento licitatório e da formalização da Ata em apreço.

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

O feito prescinde da realização de diligências complementares, estando, portanto, em ordem e pronto para julgamento. Dessa forma, obedecendo à ordem cronológica dos atos que concorreram para a contratação examinada, os aspectos relativos à regularidade do procedimento licitatório serão considerados em primeiro lugar.

Do procedimento licitatório

Em relação ao procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 42/2018, verifica-se que na sua realização foram observadas as disposições contidas no art. 3º da lei 10.520/02 e nos arts. 27 a 32 da lei n. 8.666/93 c/c Decreto Municipal n. 276/2010, uma vez que presentes os documentos essenciais à comprovação da sua regularidade, bem como ao disposto no Anexo VI, 2.2, da Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Da formalização da Ata

Quanto à formalização da Ata de Registro de Preços n. 82/2018 foi celebrada

pelo Município de Amambai/MS e as empresas compromitentes vencedoras CLÍNICA NUTRICIONAL LTDA. – EPP (R$ 124.365,00), SOUZA COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES EIRELI – ME (R$ 342.292,20), KPS CALUX COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP (R$ 59.117,80), de acordo com os parâmetros descritos no instrumento convocatório.

O termo que formalizou o ajuste celebrado contém todas as cláusulas obrigatórias previstas nos artigos 54 a 64 da Lei de Licitações e Contratos Públicos n. 8.666/93, estabelecendo com clareza os direitos e obrigações das partes, assim como a dotação orçamentária pela qual correriam as despesas necessárias ao cumprimento da obrigação, condições e prazo de vigência da avença.

Essas são as razões que dão fundamento à declaração de voto feita a seguir.

DISPOSITIVO

Com esteio nas disposições legais e regulamentares demonstradas, acompanho o parecer da 3ª Procuradoria de Contas e **voto** para a Colenda Câmara:

- **DECLARE A REGULARIDADE** do procedimento licitatório *Pregão Presencial n. 42/2018*, nos termos do art. 3º da lei 10.520/02 c/c Decreto Municipal n. 276/2010 e nos arts. 27 a 32 da lei n. 8.666/93, bem como ao disposto no Anexo VI da Resolução TCE/MS n. 54/2016, e da *formalização da Ata de Registro de Preços n. 82/2018*, realizada em conformidade com os arts. 15 e 61, parágrafo único, da lei n. 8.666/93.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos

Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Osmar Domingues Jeronymo e Jerson Domingos.

Presente o Exmo. Sr. José Aêdo Camilo, Procurador do Ministério Público de Contas.

Campo Grande, 02 de abril de 2019.

Conselheiro **RONALDO CHADID**

Relator

GAB-SMA SETAC-KBV/ARP/DSSM